



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 16996/2024

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Determina critérios de publicidade para a instalação de equipamentos de fiscalização eletrônica no Município de Maringá e dá outras providências.

Art. 1.º A instalação de equipamentos de fiscalização eletrônica nos logradouros públicos do Município de Maringá, tais como radares, lombadas eletrônicas e afins, será precedida de publicação no Diário Oficial do Município, que conterá:

- I - número do processo administrativo que ensejou a instalação;
- II - exposição da motivação que justificou a necessidade da instalação;
- III - indicação do local da instalação do equipamento de fiscalização eletrônica;
- IV - tipo de fiscalização eletrônica a ser realizada, com seus respectivos critérios;
- V - informações sobre a validade do equipamento instalado.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo implicará a nulidade das autuações e penalidades impostas com a utilização do equipamento de fiscalização eletrônica cujas informações não tenham sido publicadas.

Art. 2.º Serão publicadas no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei, as informações de todos os equipamentos de fiscalização eletrônica já instalados, nos termos previstos nos incisos do art. 1.º desta Lei.

Parágrafo único. A não publicação das informações dos equipamentos de fiscalização eletrônica já instalados implicará a nulidade das autuações e penalidades aplicadas a partir do vencimento do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 3.º As informações sobre os equipamentos de fiscalização eletrônica previstas no art. 1.º desta Lei serão mantidas no sítio oficial próprio <https://maringa.pr.gov.br> ou outro que o substitua, garantindo-se a transparência e a publicidade.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo implicará a nulidade das autuações e penalidades impostas com a utilização de equipamento de fiscalização eletrônica cuja informação não esteja disponível no sítio virtual, seja qual for a motivação.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 24 de maio de 2024.

CRIS LAUER
Vereadora-Autora



Documento assinado eletronicamente por **Cristianne Costa Lauer, Vereadora**, em 04/06/2024, às 10:26, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0342827** e o código CRC **6A6D6FCC**.
